
ENTREVISTA

SER HISTORIADORA NO BRASIL: uma entrevista com Kátia de Queirós Mattoso

Responsável atual pelo ensino e pesquisa de História do Brasil na Universidade de Paris IV - Sorbonne, a professora Kátia de Queirós Mattoso, de origem grega e larguíssima vivência nos arquivos brasileiros, relata na presente entrevista a sua fascinante trajetória como a historiadora que, um dia, resolveu redescobrir o Brasil.

*Em artigo publicado na revista *Histoire: économie et société*¹, a Sra. relata sua evolução enquanto historiadora. Nesse ensaio de "ego-história", é possível observar mudança de ênfases e áreas de interesse. A primeira ênfase seria a história política, a segunda a história econômica e a terceira a história social. A que se deve essa mudança de enfoque ?*

De maneira sintética, posso dizer que isso resultou de minha própria trajetória enquanto historiadora. Na realidade, não fiz curso universitário de História. Sou formada em ciências políticas, com especialização em relações diplomáticas e história política da Península Balcânica, da qual a Grécia faz parte. Quando fui morar em Salvador, percebi que não havia campo para trabalho em minha área de especialização. No entanto sempre quis ser historiadora e aproveitei meus primeiros quatro anos de estadia no Brasil para ler. Em 1962, iniciei a carreira acadêmica, sendo convidada pelo Instituto de Estudos Sociais da Bahia para conferências a respeito dos sistemas totalitários europeus do período 1918-

1- MATTOSO, Kátia de Queirós. "Au Nouveau Monde: une province d'un nouvel Empire: Bahia au XIX siècle". *Histoire: économie et société*. no. 4, 1987, p. 535-568.

1945, ou seja, a respeito do fascismo, nazismo e comunismo. Em seguida, comecei a lecionar a disciplina História Contemporânea na Universidade Católica de Salvador. Foi nessa época que iniciei minhas pesquisas, pois não queria permanecer só como professora. Voltando à Europa, em 1964, tomei conhecimento de um livro do Prof. Godechot publicado na coleção *Nouvelle Clio*, no qual ele sustentava a idéia da expansão dos movimentos revolucionários em fins do século XVIII. Nessa época, defendia a idéia de uma "revolução atlântica". No livro havia menção a três movimentos brasileiros: a Inconfidência Mineira, o "literário" do Rio de Janeiro de 1794 e o dos "alfaiates" de Salvador em 1798. Voltando ao Brasil, minha primeira intenção foi ver até que ponto esses movimentos se inscreviam na tese da "revolução atlântica". Comecei a levantar bibliografia e percebi que, sem possibilidade de pesquisar em arquivos, não traria nada de novo a respeito da revolta de 89, nem da de 94, mas, em compensação, havia o movimento baiano de 1798. Procurei ver o que existia nos arquivos de Salvador sobre o referido movimento: os processos dos implicados e a bibliografia local. Percebi primeiramente que nenhum pesquisador havia feito uma análise dos textos que enfocam o movimento de 98. A partir da identificação desses textos, tentei inseri-los na vida política baiana da época. No correr desse trabalho, percebi que tudo que se havia escrito a respeito da revolta dos alfaiates era um tipo de história positivista, sem problemática. Sendo assim, em 1966, escrevi ao prof. Godechot expondo meu tema de pesquisa e os aspectos que me pareciam obscuros, como a vida econômica e, mais precisamente, o problema das categorias sociais da época. Graças às indicações e sugestões por ele enviadas, consegui escrever o livro sobre a influência francesa no movimento democrático baiano². Uma das sugestões do prof. Godechot era que eu estudasse a conjuntura econômica, fazendo, se possível, uma história dos preços, pois isso facilitaria a compreensão do movimento político. Foi aí que parti para a história dos preços na Bahia, entre 1750 e 1930, o que me forneceu material riquíssimo para escrever um livro sobre a Bahia e seu mercado no século XIX³. Depois desses estudos, nos quais toquei alguns aspectos da história social, percebi que a explicação econômica não me satisfazia. Procurei, então, estudar melhor as categorias sociais da época, não só as elites, que por sinal são pouco conhecidas, mas também o "povo", tão mencionado na historiografia,

2- MATTOSO, Kátia de Queirós. *A presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Bahia, Ed. Tapuá, 1969.

3- MATTOSO, Kátia de Queiros. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado*. São Paulo, Hucitec, 1978.

mas sem se saber direito quem é. Observei, em minhas pesquisas, a forte presença de negros na população baiana, o que me levou a estudar a escravidão. Dessa forma, cheguei à história social através de estudos da escravidão ou, melhor ainda, da análise dos cativos alforriados, procurando ver como se inseriam numa sociedade global, cujo modelo era dos brancos. Posso dizer assim que o político me levou ao econômico e o econômico me levou ao social. Ao mesmo tempo que desenvolvi esses estudos, participei de um grupo de pesquisa em Salvador, que se voltava para a história regional, procurando analisá-la a partir dos enfoques econômico, demográfico e ideológico. Fiquei com o aspecto econômico, Johildo Athayde com a análise demográfica e Itsván Jancsó com a parte ideológica. Veio 1969 e o grupo, por uma série de razões, se dispersou, Itsván saiu da Bahia, Johildo fez a tese e encerrou as pesquisas. Continuei pesquisando e, à medida que avançava nos estudos, ia enfocando vários problemas ligados à demografia, aos comportamentos coletivos e, principalmente, às articulações entre as diferentes categorias sociais, procurando organizar a análise a partir do tripé clássico das sociedades do Antigo Regime, ou seja, a partir da análise do Estado, da Igreja e da família. As perguntas que fiz à documentação partiram dessa perspectiva, sendo que me interessou mais analisar o funcionamento da sociedade do que determinar estruturas. Enfim, a linha-mestra do meu trabalho foi ver como as articulações entre os diversos grupos sociais, divididos pelo estatuto civil, social e de cor, se produziam. Isso tudo, a partir de um enfoque muito próximo ao da historiografia francesa das décadas de 1930 e 1940.

Em termos da historiografia brasileira, qual foi a influência de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Jr.? Ou, então, da produção dos anos cinquenta e sessenta, como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso?

Como voce sabe, é impossível importar problemáticas históricas, pois são construídas localmente e são fruto de uma observação do historiador em relação à sociedade em que vive. Em termos da historiografia brasileira, posso dizer que todo meu esforço de pesquisa foi uma resposta tanto a Gilberto Freyre quanto a Caio Prado Jr. Não porque minhas posições fossem completamente contrárias às desses autores, mas porque meus trabalhos procuraram introduzir matizes que não existiam. Um aspecto que acho essencial é o de sair da visão "jurídica" da sociedade brasileira. A maior parte das análises históricas brasileiras, mesmo que se trate da história política, da social ou da religiosa, parte do conhecimento das

"normas", não as criadas pela sociedade, mas, sim, as estipuladas na legislação. Esse é o caso do importante livro de Raimundo Faoro *Os Donos do Poder*. Um traço típico dessa visão é que a Igreja, por exemplo, nunca é estudada em sua doutrina ou em sua espiritualidade, mas como um órgão administrativo do Estado. Nunca se procura saber quem eram os bispos ou os padres, que tipo de comunicação tinham entre si, que tipo de formação e doutrina recebiam, que tipo de espiritualidade viviam. Creio que é importante conhecer essa dimensão e a cito, por ser atualmente alvo de minhas pesquisas. Quanto aos outros autores citados, obviamente conheço os trabalhos de todos eles, mas sempre achei que o olhar deles era sociológico, ou seja, não havia a dimensão tempo ou ela era muito limitada. Além disso, pensei que seria mais interessante fixar-me numa região e não tentar o comparativo. Na leitura das obras desses sociólogos, percebi que trabalhavam com sociedades completamente diferentes das que eu pesquisava e que sua problemática era voltada para o hoje ou para um passado muito próximo. Sinceramente, acho que aprendi bem mais no levantamento de milhares de cartas de alforria, quase 17 mil, das quais 3 mil passaram por minhas mãos. Isso me proporcionou sensibilidade para perceber o "não dito" da sociedade e entender como funcionava.

Na sua resposta, a Sra. menciona o interesse em estudar a história da Igreja a partir do mental. Seria portanto um estudo com ênfase na história das mentalidades?

Sim, mas primeiramente é importante definir o que se entende por "história das mentalidades". O que faz a força dessa história é ter se liberado dos esquemas de Lucien Febvre, a "instrumentação mental", que foram extremamente úteis, mas que levaram a um psicologismo do objeto de estudo, não dando conta de como a sociedade funcionava. Em um dos livros de Lucien Febvre que mais sucesso fez, *Lutero*, constata-se que há uma dialética entre o homem e a sociedade do seu tempo, mas não se percebe em que medida Lutero influenciou a sociedade e nem em que medida a sociedade o influenciou. Por outro lado, há historiadores que não explicitam o termo "história das mentalidades" em seus textos, mas cujas perspectivas são bastante promissoras. Citaria como exemplo dessa Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Há também uma produção de "história das mentalidades" completamente esfacelada. Além, cabe perguntar em que consiste esse gênero, pois tudo pode ser "história das mentalidades". Mas, se a definirmos como o estudo dos comportamentos e dos relacionamentos sociais, talvez cheguemos a uma perspectiva aceitável. O grande problema, porém, é que na Europa os historiadores

dos anos 30 aos anos 70 esquadrinharam o universo econômico, demográfico e social do Antigo Regime, enquanto no Brasil se lançaram ao trabalho em problemáticas da história cultural, sem o mesmo lastro, sem o conhecimento suficiente a respeito do que é o Brasil.

A Sra. foi uma das pioneiras da história quantitativa no Brasil. Essa mudança de área de interesse, de privilegiar a história religiosa, o mental, é de certa forma uma despedida em relação à história quantitativa?

Não, mesmo porque, para analisar a sensibilidade e o universo mental do passado, é possível utilizar os instrumentos da quantificação. Essa perspectiva ajuda a reunir uma série de elementos que, se não fossem representados em algarismos, talvez passassem despercebidos. Embora, na realidade, ninguém tenha feito "história quantitativa" no Brasil, mas sim "história seriada", acredito que essa última perspectiva é a única possível, pois a história quantitativa pressupõe a construção de modelos e o estudo deve se inserir nesse modelo construído a priori. Um exemplo de história quantitativa é a história contra-factual, que constrói modelos a partir de uma série de variáveis para provar que determinado fenômeno teria acontecido, mesmo se não tivessem existido certas variáveis. Assim, houve quem tentasse mostrar que os Estados Unidos não teriam deixado de se desenvolver se as estradas de ferro não tivessem construídas. O que nós fazemos no Brasil é uma história seriada, pois ela não tem base nem desabrocha na construção de modelos. A quantificação serve apenas como um elemento a mais para referendar certas constatações feitas a partir da documentação qualitativa. Nesse sentido, parte da documentação com que trabalho atualmente permite a análise seriada. Esse é o caso da seleção de provimento de párocos, para a Bahia entre 1680 e fins do Império. Os temas dados para dissertação e os "casos de consciência" indicados para os candidatos resolverem possibilitam, por exemplo, uma quantificação em termos de vocabulário empregado. Mas é sempre bom lembrar que ninguém pode trabalhar só com o quantitativo, mesmo porque para se chegar a ele é necessário saber o que se procura. Não se pode coletar dados pelo prazer de fazer tabelas ou representar graficamente os algarismos.

Quais seriam os aspectos tratados nessa história da Igreja?

De maneira geral, pretendo centrar a análise em torno de quatro temas. O primeiro é a revisão da historiografia, em termos não só de métodos empregados,

mas também da perspectiva jurídica dos estudos a respeito da instituição eclesiástica. o segundo é a análise da visão dos jesuítas em relação à sociedade colonial e dos contatos desse grupo com a hierarquia eclesiástica, com os indígenas e os colonos. Estudo a Ordem dos Jesuítas, chamando a atenção para a proximidade entre a criação da Companhia e a atuação dela na Colônia. Os primeiros inicianos não chegaram a se formar nos quadros tradicionais: simplesmente tomaram conhecimento dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio e se deixaram atrair. Na realidade, a espiritualidade jesuítica foi sendo criada, pouco a pouco, nos colégios criados na Colônia. Em outras palavras, a Ordem não chegou pronta ao Brasil, mas em gestação, sendo possível notar uma evolução no discurso dos inicianos. Nas cartas de Nóbrega, por exemplo, nota-se que os indígenas são apresentados como extremamente abertos à conversação aceitando o cristianismo. Mas, num segundo momento, o discurso vai ser o da sujeição dos indígenas. É a partir dessa mudança que foi sendo construída a imagem do jesuíta como um "guerreiro". Essa evolução se deu com base na passagem da noção de "pecado moral" para a noção de pecado calcada na teologia dogmática. Na primeira visão, os índios eram condenados por comerem carne humana, por andarem nus, por estarem em concubinato. Na segunda, o grande pecado é o teológico, que é a recusa em conhecer Deus. É necessário analisar a formação da espiritualidade jesuítica dentro desse contexto, senão se corre o risco de nada compreender. O terceiro ponto de meu estudo é o saber se o clero brasileiro era jansenista, ou não, tanto do ponto de vista doutrinário quanto político. O quarto aspecto é o de estudar a origem do clero, através da documentação baiana anteriormente mencionada. A linha condutora de meu livro é procurar entender como as instituições eclesiásticas funcionavam e se articulavam, tentando compreender melhor a diversidade de espiritualidades no interior da própria Igreja.

Essa história da Igreja viria até nossos dias?

Sim, viria até nossos dias, na medida em que me interessa ver a grande fratura ocorrida na história da Igreja, com a romanização do clero a partir da segunda metade do século XIX, período em que o clero se tornou completamente alienado do povo. Creio que os "teólogos da libertação" deveriam procurar recuperar justamente esse aspecto: houve um clero que, embora do ponto de vista da doutrina não pregasse uma teologia da libertação naquela época, do ponto de vista da postura e do relacionamento era muito mais "padre", como se quer atualmente, do que seria partir dos anos de 1840 até o Concílio Vaticano II.

Mudando um pouco de tema, gostaria de saber qual é a dimensão das pesquisas a respeito da História do Brasil, atualmente na França?

É muito difícil de avaliar. A história do Brasil foi e continua sendo estudada paralelamente à história da América Latina e, em função dos professores da disciplina, como o prof. Frédéric Mauro, se privilegiou a história econômica e a política. Acho que seria urgente fazer uma avaliação da produção historiográfica brasileira de pós-graduação na França como também em outros países. A meu ver, o grande problema é que, ao contrário do que acontece os Estados Unidos, as teses de História do Brasil raramente são publicadas na França. Para falar a verdade, só conheço uma que foi publicada, que é *La Ville São Paulo: peuplement et population*, de Maria Lúiza Marcílio. Embora o interesse seja limitado, há um bom número de alunos franceses estudando história do Brasil e querendo prosseguir.

Uma obra a respeito da história do Brasil que é encontrada com facilidade nas livrarias francesas é o livro Casa Grande e Senzala...

Gilberto Freyre foi descoberto nos anos 50, por Roger Callois e teve muito sucesso pelo fato deste livro ter sido prefaciado por Lucien Febvre, que estava no auge da glória, como único representante vivo do dueto que havia fundado a revista dos *Annales*. Como a obra de Gilberto Freyre é muito ligada à perspectiva de Lucien Febvre de utilizar a psicologia para entender o social, teve uma excelente acolhida, permanecendo como livro único sobre a história do Brasil, ao passo que nos Estados Unidos, se tem, por exemplo, a tradução da *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. Acredito, porém, que, se Sérgio Buarque de Hollanda tivesse tido uma carreira mais "formal", teria o mesmo sucesso que Gilberto Freyre teve. Livros como *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso* são obras fundadoras. Para mim, Sérgio Buarque de Hollanda é o historiador mais importante da época contemporânea e, se hoje tivesse que definir minha filiação intelectual, essa filiação seria muito próxima aos escritos dele.

E o interesse em relação à história francesa? Creio ter lido num de seus livros a preocupação em estudar as incursões francesas no Brasil do século XVI.

Sim, mas esse tema coloca vários problemas. O principal deles é a questão paleográfica. A escrita do século XVI é uma das mais complicadas de ser lida. Mesmo os especialistas franceses, na maioria das vezes, só trabalham com

documentos impressos. Tenho estudado paleografia, mas, como mencionei anteriormente, estou concentrando minha atenção na história da Igreja, embora pretenda, no futuro, recuperar a desconhecida história dos franceses no Brasil da primeira metade do século XVI.

Para finalizar, gostaria de saber, na hipótese de ter que reescrever o livro Ser escravo no Brasil⁴, verdadeiro divisor de águas nos estudos a respeito da escravidão brasileira, quais aspectos a Sra. modificaria.

Acrescentaria os estudos feitos pelos jovens historiadores, como Sílvia Lara, Leila Mezan, Ronaldo Vainfas, Lana Lage, e os trabalhos de demografia histórica. Essas pesquisas trouxeram novas perspectivas e luzes a respeito da sociedade brasileira e seu funcionamento. Sem abandonar meu escopo, integraria toda essa produção, que é muito importante e que, por sinal, implicaria aumentar meu livro em umas duzentas páginas...

4- MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.